



Congresso

Enquanto bônus a juízes avança, projeto que acaba com supersalários está parado

— Texto que limita pagamentos fora do teto do funcionalismo era condição para aprovação de novo penduricalho, mas não recebeu o mesmo tratamento no Senado

DANIEL WETERMAN
SOFIA AGUIAR
BRASILIA

Enquanto o Senado avança com uma proposta para ressuscitar um bônus na remuneração de magistrados, procuradores e de outras categorias, o projeto de lei (PL) que acaba com os supersalários no funcionalismo público está parado na Casa desde 2021. A aprovação deste projeto era uma condição para o acolhimento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio no Senado. O PL, porém, não avançou. Já a PEC foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana passada e entrou na pauta do plenário da Casa.

A Proposta de Emenda à Constituição prevê a volta do chamado quinquênio, um bônus na remuneração de juízes e procuradores pago a cada cinco anos de serviços – que foi extinto em 2006. O relator da proposta, senador Eduardo

respeitar o teto que limita quanto um funcionário público pode receber por mês – o máximo hoje é de R\$ 44.008,52 mensais, equivalente à remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

CUSTO. O impacto no caso de aprovação ainda é incerto. Diferentes levantamentos apontam aumento de R\$ 2 bilhões a até R\$ 40 bilhões nas despesas do poder público, dependendo do alcance na União e nos Estados e do efeito cascata para outras categorias.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é favorável ao quinquênio e autor da proposta. De acordo com ele, é preciso incentivar profissionais que estão há mais tempo exercendo o cargo.

Na legislatura passada, Pacheco atendeu a um pedido do então presidente do STF, Luiz Fux, para pautar o bônus de cinco anos no Senado. Em novembro de 2022, o presidente do Senado disse que a PEC só seria promulgada após a aprovação do fim dos supersalários, mas agora deu tratamento diferente para as duas medidas.

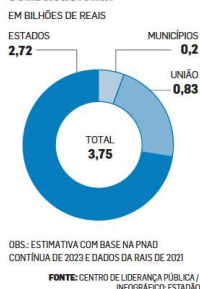
“Não haverá uma coisa sem a outra, de modo que isso significaria a reestruturação da carreira para evitar uma distorção que existe hoje de magistrados, ao final de carreira, percebendo remunerações menores do que os que iniciam as suas carreiras e evitando que verbas indenizatórias sejam criadas para além do que é o razoável”, afirmou Pacheco em pronunciamento no Senado naquela data.

Nas últimas semanas, o presidente do Senado indicou que pretende avançar com as duas propostas, mas não deu um prazo para a votação do fim dos supersalários. O relator da PEC e do projeto é o mesmo, o senador Eduardo Gomes.

Até semana passada, as duas

PL DOS SUPERSALÁRIOS

Economia por ano com limite de pagamento de salários acima do teto constitucional



“Às vezes, uma PEC, uma medida, um projeto que lei que acha que vai impactar R\$ 1 bilhão, impacta R\$ 40 bilhões (...) Nós não temos gordura, margem de gordura, espaço fiscal”



Simone Tebet
Ministra do Planejamento,
sobre a PEC do Quinquênio

propostas estavam na mesma situação na CCJ, mas uma foi aprovada e a outra ficou estacionada. O parlamentar não apresentou parecer sobre o PL dos supersalários. Procurado pelo Estadão, ele não se manis-

tou. O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), também não comentou.

O fim dos supersalários foi aprovado pela Câmara e está no Senado desde 2021. O projeto limita o pagamento de benefícios fora do teto, os chamados “penduricalhos”. De acordo com a proposta, vantagens acima desse valor só poderão ser pagas em situações excepcionais, como auxílio-moradia para quem atua fora da comarca de origem e pagamento de férias não gozadas limitado a 30 dias e apenas se o magistrado comprovadamente não puder sair de férias.

Conforme o Estadão mostrou, a aprovação do projeto faria com que o poder público economizasse R\$ 3,75 bilhões por ano e pudesse investir o dinheiro em áreas como saúde, segurança e preservação do meio ambiente. O impacto foi calculado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) com base no projeto que tramita no Senado.

O valor é suficiente para bancar, por exemplo, todas as ações do Ministério do Meio Ambiente, incluindo a fiscalização ambiental nos biomas brasileiros. Com o montante, também seria possível incluir 500 mil pessoas na Bolsa Família. Além disso, a quantia equivale a quase um terço do que o Ministério dos Transportes gasta com investimentos em rodovias.

‘TODO O BRASIL’. O avanço da PEC do Quinquênio acentuou o clima de tensão e disputa envolvendo Executivo e Congresso. A proposta consolidou a percepção no Planalto de que é necessária uma atuação mais eficaz e constante dos governistas para evitar uma pautabomba no Parlamento. A expressão é usada para denominar projetos que geram gastos públicos e que estão na contramão do ajuste fiscal.

Ontem, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, destacou que o governo não tem “espaço fiscal”. “A gente tem que sentar todo mundo à mesa, dialogar e ver que uma medida, qualquer medida, qualquer projeto de impacto econômico que é aprovado no Congresso, impacta todo o Brasil”, disse a ministra, que se reuniu com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

“Às vezes, uma PEC, uma medida, um projeto de lei que acha que vai impactar R\$ 1 bilhão, impacta R\$ 40 bilhões”, continuou Tebet em referência à PEC do Quinquênio. “Nós não temos gordura, margem de gordura, espaço fiscal.”

GOVERNISTAS. Após ser aprovada na CCJ por 18 votos a favor e sete contra, a PEC começaria a ser discutida ontem em sessões no Senado – fase que precede a votação no plenário. Senadores governistas iniciaram sua mobilização para tentar derrubar a proposta.

Vice-presidente do PT, o senador Humberto Costa (PE) atacou a PEC. “Não há espaço para tentações populistas, que nos ameaçam com uma série de pautas-bomba, cujos efeitos danosos minguariam ainda mais o já limitado Orçamento da União”, afirmou Costa no plenário. “Temos as decisões a serem tomadas pela frente, que, entre incrementos e despesas, versam sobre cerca de R\$ 70 bilhões. Deixar de ganhar ou gastar com penduricalhos e coisas desnecessárias são atos com impacto direto sobre a vida das pessoas”, acrescentou o senador petista.

Apesar da preocupação, Tebet disse confiar no Congresso. “Sei que tem muita gente com racionalidade para entender que o caminho certo é o da responsabilidade fiscal.” ● COLA-

BOROU MARCELO DE MORAES

Relator fala em ‘coincidência de votação’ das propostas

Relator da PEC do Quinquênio (PEC10), o senador Eduardo Gomes (PL-TO) reafirmou que a proposta tem por objetivo a “valorização” de “carreiras de concurso público”.

Ao se pronunciar ontem no plenário do Senado, Gomes falou em “coincidência de votação da PEC dos supersalários, a extrateto, e a PEC 10”.

“Tenho visto certa precipi-

tação sobre a questão da PEC 10. A PEC é clara com relação ao recurso específico do Poder Judiciário, para o melhoramento das carreiras do Judiciário, e o compromisso público que o

presidente Rodrigo Pacheco, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, e várias lideranças fizeram com relação à coincidência de votação da PEC dos supersalários, a extrateto, e a PEC 10”, afirmou.

Ao cobrar uma discussão “serena” sobre o assunto, o rela-

tor tentou minimizar o impacto nos cofres públicos da proposta que restabelece o quinquênio. “Essas pessoas que se dedicam a fazer esses cálculos esdrúxulos, malucos, sem fonte, são as mesmas que toda semana falam de superávit zero, falam de déficit.” ● M.M.